

# **REGIME GERAL DAS FORÇAS ARMADAS**

**Lei nº 89/VI/2006\***

**de 9 de Janeiro**

Por mandato do Povo, a Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*) do artigo 174º da Constituição, o seguinte:

## **CAPÍTULO I**

### **Princípios Gerais**

**Artigo 1º**

#### **Objecto**

O presente diploma estabelece o Regime Geral das Forças Armadas.

**Artigo 2º**

#### **Forças Armadas**

As Forças Armadas são uma instituição permanente e regular e estão estruturadas com base na disciplina e na hierarquia.

**Artigo 3º**

#### **Composição e unicidade**

1. As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos cabo-verdianos.
2. A organização das Forças Armadas é única para todo o território nacional e baseia-se no serviço militar obrigatório.

## **CAPÍTULO II**

### **Organização e funcionamento das Forças**

#### **Armadas**

**Artigo 4º**

#### **Estrutura**

1. A estrutura das Forças Armadas compreende:
  - a) Os órgãos militares de comando;
  - b) A Guarda Nacional;
  - c) A Guarda Costeira.
2. Os órgãos militares de comando são constituídos pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e pelos órgãos que o apoiam no exercício do comando das Forças Armadas.
3. A Guarda Nacional constitui a principal componente das Forças Armadas destinada à defesa militar do país, através da realização de operações terrestres e anfíbias, bem como ao apoio à segurança interna, de acordo com as suas missões específicas.
4. A Guarda Costeira é a componente das Forças Armadas destinada à defesa e protecção dos interesses económicos do país no mar sob jurisdição nacional e ao apoio aéreo e naval às operações terrestres e anfíbias, de acordo com as suas missões específicas.

**Artigo 5º**

#### **Organização**

1. A organização das Forças Armadas integra:

- a) O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b) O Estado-Maior das Forças Armadas;
- c) Os órgãos centrais de comando e direcção;
- d) Os órgãos de consulta;
- e) Os órgãos de implantação territorial;
- f) Os elementos da componente operacional do sistema de forças.

2. O Estado-Maior das Forças Armadas constitui o órgão de apoio do Chefe do Estado-Maior para o estudo, concepção, planeamento, comando e inspecção das actividades das Forças Armadas.

3. Os órgãos centrais de comando e direcção têm carácter funcional e visam assegurar a superintendência e execução de áreas ou actividades específicas essenciais, de acordo com as orientações superiormente definidas.

4. São órgãos de implantação territorial os que visam a organização e apoio geral das Forças Armadas.

5. Os elementos da componente operacional do sistema de forças são as forças e os meios das Forças Armadas destinados ao cumprimento das missões de natureza operacional.

6. As Forças Armadas poderão dispor de outros órgãos integrando os sistemas de autoridade marítima ou de busca e salvamento, regulados por legislação própria.

#### Artigo 6º

##### **Funcionamento**

1. Será assegurada de forma permanente a preparação das Forças Armadas, para a defesa do País.

2. O funcionamento das Forças Armadas em tempo de paz deve ter em vista prepará-las para realizar as missões que constitucionalmente lhe incumbem.

3. A actuação das Forças Armadas desenvolve-se no respeito pela Constituição e pela lei, em execução da política de defesa nacional conforme for definida pelos órgãos de soberania competentes e de forma a corresponder às orientações estabelecidas nos níveis seguintes:

- a) Conceito estratégico militar;
- b) Missões das Forças Armadas;
- c) Sistemas de Forças;
- d) Dispositivo dos sistemas de forças.

#### Artigo 7º

##### **Conceito estratégico militar**

1. O conceito estratégico militar é constituído pelo conjunto de medidas atinentes à execução da componente militar da defesa nacional, no quadro do conceito estratégico de defesa nacional.

2. A aprovação do conceito estratégico militar compete ao membro do Governo titular da pasta da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

3. O conceito estratégico militar constitui segredo do Estado, nos termos definidos por Lei.

#### Artigo 8º

##### **Missões das Forças Armadas**

1. A missão primária das Forças Armadas consiste em assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.

2. As Forças Armadas, sem prejuízo do disposto no nº 1, desempenham também as missões que lhe forem atribuídas nos termos da lei e nos seguintes quadros:

- a) Execução da declaração de estado de sítio ou de emergência;

b) Vigilância, fiscalização e defesa do espaço aéreo e marítimo nacionais, designadamente no que se refere à utilização das águas arquipelágicas, do mar territorial e da zona económica exclusiva e a operações de busca e salvamento, bem como, em colaboração com as autoridades policiais e outras competentes e sob a responsabilidade destas, à protecção do meio ambiente e do património arqueológico submarino, à prevenção e repressão da poluição marítima, do tráfico de estupefacientes e de armas, do contrabando e outras formas de criminalidade organizada;

c) Colaboração em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria das condições de vida das populações;

d) Participação no sistema nacional de protecção civil;

e) Defesa das instituições democráticas e do ordenamento constitucional;

f) Desempenho de outras missões de interesse público.

3. No quadro da alínea f) do número anterior, às Forças Armadas incumbe satisfazer, no âmbito militar, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

4. A especificação das missões das Forças Armadas compete ao Governo, mediante proposta do titular da pasta da defesa nacional sobre projecto apresentado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, devendo sobre ela ser ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional.

5. Qualquer intervenção das Forças Armadas só poderá ter lugar à ordem dos comandos militares competentes, cuja actuação se deve pautar pela obediência estrita às decisões e instruções dos órgãos de soberania, nos termos da Constituição e da lei.

6. As demais missões a que se refere a alínea f) do nº 2 do presente artigo serão determinadas pontualmente pelo membro do Governo titular da pasta da defesa nacional, mediante parecer favorável do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

7. A especificação das missões das Forças Armadas constitui matéria classificada.

#### Artigo 9º

##### **Sistemas de forças**

1. A definição dos sistemas de forças necessárias ao cumprimento das missões das Forças Armadas compete ao Governo, mediante proposta do titular da pasta da defesa nacional sobre projecto apresentado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e depois de ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional.

2. O sistema de forças constitui matéria classificada.

#### Artigo 10º

##### **Dispositivos dos sistemas de forças**

1. O dispositivo dos sistemas de forças é aprovado pelo membro do Governo titular da pasta da defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

2. O dispositivo dos sistemas de forças constitui matéria classificada.

#### Artigo 11º

##### **Medidas preventivas**

1. No cumprimento das missões referidas nas alíneas b), e e) do número 2 e no número 6, ambos do artigo 7º, as forças militares, patrulhas, rondas ou sentinelas podem, sem prejuízo da observância da lei, adoptar, consoante os casos, as seguintes medidas preventivas:

a) Exigência de identificação ou detenção, em flagrante delito, de qualquer pessoa ou veículo que se encontre ou circule em lugar público;

b) Exigência de identificação ou apresamento, em flagrante delito, de qualquer aeronave ou embarcação em espaço sob jurisdição nacional;

c) Apreensão temporária de armas munições ou explosivos.

2. As medidas preventivas tomadas ao abrigo do número anterior só se justificam na ausência de autoridade policial devendo os indivíduos detidos e os bens apreendidos ser imediatamente entregues à responsabilidade das entidades competentes.

#### Artigo 12º

##### **Promoções**

1. As promoções nas Forças Armadas competem ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, mediante parecer do Conselho Superior de Comandos e ouvido o conselho de classe correspondente ao posto a promover, salvo o disposto no nº 2 deste artigo.

2. A promoção do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas compete ao Governo, sob proposta do titular da pasta da defesa nacional após consulta ao Conselho Superior de Comandos.

3. Nenhum militar poderá ser prejudicado ou beneficiado na sua carreira em razão da ascendência, sexo, lugar de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, situação económica ou condição social.

4. Os conselhos de classe referidos no número 1 integrarão sempre membros eleitos, em número não inferior a metade. A sua composição, competência e modo de funcionamento serão definidos em diploma próprio.

#### Artigo 13º

##### **Nomeações**

1. A nomeação e exoneração de oficiais para cargos de comando nas Forças Armadas, compete ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, salvo nos casos indicados nos números seguintes.

2. Compete ao membro do Governo titular da pasta de defesa nacional, sob proposta do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, a nomeação e exoneração de oficiais para os cargos de comando na directa dependência do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

3. Compete ao Presidente da República, sob proposta do Governo, nomear o Chefe e Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

#### Artigo 14º

##### **Isenção política**

1. As Forças Armadas estão ao serviço da nação e são rigorosamente apartidárias.

2. Os seus membros não podem aproveitar-se da arma, do posto ou da função para qualquer intervenção política.

### CAPÍTULO III

#### **Estrutura Superior das Forças Armadas**

#### Artigo 15º

##### **Integração no Estado**

As Forças Armadas inserem-se na administração do Estado, na dependência política do Governo, exercida através do titular da pasta da defesa nacional.

#### Artigo 16º

##### **Autonomia**

As Forças Armadas gozam, nos termos da Constituição e da lei, de autonomia administrativa, e operacional, subordinando-se os respectivos comandos ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, único responsável perante o membro do Governo titular da pasta da defesa nacional pela administração, preparação, disciplina e emprego das mesmas.

#### Artigo 17º

#### **Órgãos responsáveis pelas Forças Armadas**

Os órgãos militares superiormente responsáveis pelas Forças Armadas são os seguintes:

- a) O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b) O Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- c) O Conselho Superior de Comandos.

#### Artigo 18º

##### **Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas**

1. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é o chefe militar de mais elevada autoridade na hierarquia das Forças Armadas, o presidente do Conselho Superior de Comandos, é o principal conselheiro militar do titular da pasta da defesa nacional, de quem politicamente depende.
2. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas superintende na execução das deliberações tomadas em matéria militar pelo Governo e é responsável perante o titular da pasta da defesa nacional, pela administração, preparação, disciplina, eficiência e emprego das Forças Armadas.
3. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo.
4. A Comissão do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é de três anos, podendo ser sucessivamente renovada sem prejuízo da sua exoneração a todo o tempo, pelo Presidente da República, mediante proposta do Governo.
5. O Chefe do Estado-Maior exerce o comando completo das Forças Armadas tanto em tempo de paz, como de guerra.
6. Em tempo de guerra e durante os estados de sítio e de emergência o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas assume o comando operacional das forças de segurança, bem como das organizações paramilitares, em conformidade com as disposições legais.
7. Compete ao Chefe do Estado-Maior, nomeadamente:
  - a) Dirigir a execução da estratégia de defesa militar;
  - b) Dirigir, coordenar e administrar as Forças Armadas;
  - c) Planear e dirigir o emprego operacional conjunto ou combinado dos sistemas de forças, bem como os exercícios conjuntos;
  - d) Orientar, coordenar e dirigir os sistemas de comando, controlo e comunicações;
  - e) Orientar, coordenar e dirigir as actividades relativas a pessoal, instrução, logística e finanças das Forças Armadas;
  - f) Administrar superiormente a disciplina militar;
  - g) Praticar todos os actos de administração do pessoal militar e civil das Forças Armadas na sua dependência hierárquica, como sejam os de nomeação, transferência, promoção, reforma ou aposentação, exoneração, demissão e reintegração desde que, por lei, não estejam inseridos na competência de outros órgão ou entidades;
  - h) Participar no Conselho Superior de Defesa Nacional.
8. Os actos do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas revestem a forma de regulamento ou de despacho, conforme os casos.
9. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas dispõe do poder de praticar actos administrativos definitivos e executórios com eficácia externa e de celebrar contratos em nome do Estado, nos termos da presente lei e do que vier a ser definido sobre a matéria pelo Governo.
10. Quando não exista Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo membro mais antigo do Conselho Superior de Comandos.

#### Artigo 19º

##### **Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas**

1. O Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é a mais elevada autoridade na hierarquia das Forças Armadas a seguir ao Chefe do Estado-Maior, de quem depende directamente.
2. O Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é nomeado e exonerado pelo Presidente da República sob proposta do Governo.
3. A comissão do Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas é de três anos, podendo ser sucessivamente renovada, sem prejuízo da sua exoneração a todo o tempo pelo Presidente da República, mediante proposta do Governo.
4. Compete ao Vice-Chefe do Estado-Maior nomeadamente:
  - a) Coadjuvar o Chefe do Estado-Maior;
  - b) Exercer os poderes que lhe forem delegados pelo Chefe do Estado-Maior;
  - c) Dirigir os serviços do Estado-Maior das Forças Armadas;
  - d) Participar no Conselho Superior de Defesa Nacional.
5. O Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas substitui o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas nas suas ausências e impedimentos e exerce interinamente este cargo em caso de vacatura.

#### Artigo 20º

#### **Conselho Superior de Comandos**

1. O Conselho Superior de Comandos assiste directamente o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas no exercício das suas funções de comando e na coordenação de toda a actividade das Forças Armadas.
2. O Conselho Superior de Comandos é integrado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que preside, pelo Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, quando exista, pelos comandantes da Guarda Nacional e da Guarda Costeira, pelo comandante da componente operacional do sistema de forças e pelos comandantes dos órgãos centrais de comando das Forças Armadas.
3. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas pode convidar outras entidades das Forças Armadas a participar, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho em que sejam tratados assuntos da sua especialidade.
4. O Conselho reúne-se ordinariamente uma vez em cada quinze dias e extraordinariamente sempre que para tal for convocado pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, por sua iniciativa ou por proposta de qualquer dos restantes membros.
5. Compete ao Conselho Superior de Comandos emitir parecer sobre:
  - a) O projecto do conceito estratégico militar;
  - b) Os projectos de especificação das missões das Forças Armadas e de dispositivo dos sistemas de forças;
  - c) Os projectos de proposta de lei de programação militar e do orçamento anual das Forças Armadas;
  - d) As propostas de promoção;
  - e) Os contingentes anuais a incorporar, de acordo com as dotações orçamentais fixadas;
  - f) O recrutamento;
  - g) A direcção do ensino nas Forças Armadas;
  - h) As medidas de carácter social relativas aos militares e suas famílias;
  - i) As informações, documentos, materiais e instalações cujo conhecimento por pessoas não autorizadas envolva risco e que, como tal, devam ser consideradas matéria classificada e objecto de medidas especiais de salvaguarda e defesa, a definir pelo Governo nos termos da lei;
  - j) Os programas gerais de equipamento das Forças Armadas;

- l) As actividades relativas a infra-estruturas das Forças Armadas;
- m) A orientação e coordenação da preparação e execução da mobilização militar;
- n) Os assuntos relacionados com a satisfação de compromissos militares decorrentes de acordos internacionais e as relações com organismos militares de outros países e internacionais;
- o) Quaisquer outros assuntos que o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas entenda submeter-lhe.

## **CAPÍTULO IV**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 21º**

##### **Informações militares**

1. Os serviços de informações das Forças Armadas ocupam-se exclusivamente de informações militares, no âmbito das missões que lhes são atribuídas pela Constituição e pela presente lei.
2. A fiscalização normal dos serviços de informações militares compete ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, sem prejuízo das competências do titular da pasta da defesa nacional e dos regimes de fiscalização genérica estabelecidos na lei.
3. As modalidades de coordenação entre os serviços de informações militares e os demais serviços de informações são reguladas na lei.

#### **Artigo 22º**

##### **Desenvolvimento**

O Governo desenvolverá, por decreto-lei, o regime geral contido na presente lei.

#### **Artigo 23º**

##### **Legislação complementar**

As condições do emprego das Forças Armadas nos estados de sítio e de emergência, bem como a sua participação no sistema de protecção civil e na mobilização e requisição militares são fixadas em diplomas especiais.

#### **Artigo 24º**

##### **Revogação**

São revogados os artigos 4º, 5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 12º, 13º, 14º, 17º, 18º, 24º, 25º, 26º e 32º, bem como as alíneas n) e o) do número 3 do artigo 22º, todos da Lei nº 62/IV/92, de 30 de Dezembro.

#### **Artigo 25º**

##### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

\* *Publicado no Boletim Oficial I Série Número 2 de 9 de Janeiro de 2006*